

Foi aprovada a estatização dos bancos no Peru

LIMA — O Congresso peruano, por maioria de votos, aprovou ontem em sessão tumultuada, o projeto de lei do Governo que estatiza 33 instituições financeiras do país (dez bancos, 17 empresas seguradoras e seis financeiras). A transformação do projeto em lei agora só depende de promulgação pelo Presidente do Peru, Alan Garcia. A estatização, aprovada pela maioria governamental do partido aprista (social-democrata), enfrentou forte oposição conservadora, em campanha liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.

O Presidente da Associação de Bancos do Peru, Francisco Pardo Mesones, disse que a estatização é inconstitucional e que “não podem tomar nossos bancos”. Proprietários de bancos anunciaram que pernoitarão em seus estabelecimentos e só os deixarão à força. Os banqueiros iniciaram também uma dezena de processos judiciais contra a estatização.

Durante a votação do projeto, por serem contra sua aprovação, se retiraram as bancadas do Partido Ação Popular (de centro-direita) e da frente marxista Esquerda Unida (socialistas e comunistas) — que apoiava o projeto, mas não aceitou mudanças feitas pelo Governo, que acusa de aceitar pressões para estatizar somente 51% dos seguros, e não totalmente, como na proposta original feita em fim de julho.

Os grandes grupos econômicos perderão, com a estatização do sistema financeiro, o controle do crédito com o qual financiavam suas empresas nos setores mais produtivos do país.